

- Medida Provisória 526/2011 – recursos para inovação tecnológica via FINEP

## Medida Provisória 526/2011: recursos para inovação tecnológica

Foi publicada na edição extra do Diário Oficial da União de sexta-feira (4) a Medida Provisória 526, que amplia a autorização para que o Tesouro subsidie os financiamentos do BNDES destinados à aquisição e produção de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados à produção de bens de consumo para exportação, ao setor de energia elétrica, projetos de engenharia e à inovação tecnológica

A autorização foi prorrogada até 31 de dezembro e ampliada em R\$ 75 bilhões, dos quais R\$ 1 bilhão será destinado a projetos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) do Ministério da Ciência e Tecnologia. Desta forma, o valor total dos financiamentos que podem ter juros equalizados pelo Tesouro passou para R\$ 209 bilhões.

A Medida Provisória 526 ainda:

- autoriza a capitalização do BNDES em R\$ 55 bilhões (de acordo com a MP, as condições financeiras e contratuais da operação serão definidas pelo Ministério da Fazenda);
- inclui produtores rurais entre os beneficiários da MPV 523 (que destinou recursos aos empreendedores atingidos pelas chuvas no Rio de Janeiro) e desobriga temporariamente a comprovação de regularidade fiscal para fazer jus aos empréstimos e financiamentos; e
- amplia para 31 de dezembro de 2011 o prazo de permuta dos Certificados Financeiros do Tesouro.

## panel

### ■ Tramitação de Medidas Provisórias 1

O Presidente do Senado, José Sarney (PMDB/AP), estuda propor mudanças no rito de tramitação de medidas provisórias. Uma das alterações poderia ser a seguinte: no caso de recusa do Senado a uma emenda da Câmara, a emenda desapareceria do texto sem necessidade de voltar àquela Casa.

### ■ Tramitação de Medidas Provisórias 2

De acordo com Sarney, o Congresso Nacional não cumpre o disposto em sua Resolução 1/02, que trata da tramitação de MPs e estabelece prazos para sua votação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL) lamentou que o Congresso Nacional já tenha votado alterações na tramitação das MPs e que as mudanças não tenham sido cumpridas.